

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E O USO DE TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Mysllene Gomes do Nascimento
*Aluno Especial do Programa de Pós Graduação em Cognição e
Linguagem da Universidade do Estadual do Norte Fluminense
Darcy Ribeiro*
mysllenegomesdonascimento@gmail.com

Gabriel Santos Passos
*Aluno Especial do Programa de Pós Graduação em Cognição e
Linguagem da Universidade do Estadual do Norte Fluminense
Darcy Ribeiro*
gsantospassos@gmail.com

Lara Nogueira de Sousa
*Aluno Especial do Programa de Pós Graduação em Cognição e
Linguagem da Universidade do Estadual do Norte Fluminense
Darcy Ribeiro*
laranogueira@id.uff.br

Verusca Moss Simões dos Reis
*Professora Doutora do Programa de Pós graduação em
Cognição e Linguagem da Universidade do Estadual do Norte
Fluminense Darcy Ribeiro*
verusca.reis@uenf.br

Resumo

A Educação Especial Inclusiva constitui um campo fundamental para a promoção da equidade no contexto educacional, ao reconhecer a diversidade humana em suas dimensões cognitivas, afetivas e sociais. O professor responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) atua com estudantes que apresentam necessidades individuais, o que exige planejamentos pedagógicos singulares e estratégias sensíveis às necessidades de cada sujeito, sendo imprescindível que o docente do AEE desenvolva metodologias, recursos didáticos e estratégias específicas que possibilitem a adaptação de um currículo funcional para cada estudante. Nesse processo, a Tecnologia Assistiva (TA) surge como um recurso central, indo além de sua funcionalidade técnica, e configurando-se como um método de mediação capaz de favorecer a autonomia e a identidade dos alunos e facilitador nos processos de aprendizagem voltado à educação inclusiva. No entanto, a implementação da TA ainda enfrenta limites, pois nem sempre o professor está preparado para sua utilização, evidenciando a necessidade da formação continuada. Este trabalho, a partir da metodologia de revisão bibliográfica, objetiva analisar possíveis contribuições da TA na inclusão educacional, ressaltando sua relevância para a prática docente e para a consolidação de práticas inclusivas e democráticas.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado, formação continuada, inclusão escolar.

Abstract

Inclusive Special Education is a fundamental field for promoting equity in educational contexts, as it acknowledges human diversity in its cognitive, emotional, and social dimensions. Teachers responsible for Specialized Educational Assistance (AEE) work with students who have individual needs, which requires careful pedagogical planning and individualized strategies that are responsive to the demands of each learner. It is essential that Specialized Educational Assistance teachers develop methodologies, instructional resources, and specific procedures that enable the adaptation of a functional curriculum for each student. In this process, Assistive Technology (AT) emerges as a central resource, going beyond its technical functionality and establishing itself as a mediating tool capable of promoting students' autonomy and identity and as a facilitator in learning processes aimed at inclusive education. However, the implementation of AT for this purpose still faces limitations, as teachers are not always trained and prepared to use it, highlighting the crucial need for continuing professional development. This study, based on a literature review, seeks to analyze the potential contributions of AT to educational inclusion, emphasizing its relevance to teaching practices and the consolidation of inclusive and democratic educational practices.

Keywords: Inclusive Special Education, Continuing Professional Development, Inclusive Education.

Introdução

A consolidação de uma política pública de Atendimento Educacional Especializado (AEE) eficaz é um dos principais desafios contemporâneos da educação inclusiva. Para que o AEE cumpra seu papel, é indispensável uma atuação colaborativa e bem integrada, que conecte o professor especializado, a gestão escolar, os docentes das salas comuns e as famílias dos estudantes. O profissional que atua nesse serviço não pode trabalhar isoladamente; sua prática demanda articulação constante.

Um ponto crítico a ser enfrentado nesse contexto é a carência de formação continuada adequada, que pode resultar em resistência ou preconceito, pode se manifestar como uma barreira atitudinal. A LBI define esta barreira como “atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas” (Brasil, 2015, Art. 3º, IV, “a”). É fundamental que esta formação promova espaços interdisciplinares e ambientes de colaboração, incentivando a troca de saberes e experiências que efetivamente resultem em práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas. A formação continuada dos educadores especializados assume, portanto, um papel central no fortalecimento da inclusão. É o meio pelo qual os professores podem renovar seus conhecimentos, aprimorar competências e adaptar suas metodologias diante das constantes mudanças e novas demandas educacionais.

Conforme a perspectiva de Tardif (2003; 2010), o saber docente é construído e precisa ser continuamente revisado na rotina prática. Portanto, a formação deve ser vista como um processo contínuo e que se manifesta tanto em contextos formais como cursos, encontros e especializações quanto informais como trocas entre pares e reflexão sobre a prática diária. O cenário atual impõe ao professor do AEE desafios cada vez mais complexos. Ele deve ser capaz de lidar com a diversidade sociocultural, múltiplas deficiências e a crescente inserção de tecnologias no ambiente escolar. Nesse sentido, a qualificação profissional deve priorizar o desenvolvimento de habilidades que integrem teoria e prática. Seu objetivo é apoiar o educador na criação de metodologias inovadoras, na adaptação de materiais e na elaboração de intervenções pedagógicas alinhadas às necessidades específicas de cada estudante. Desse modo, a formação deve estar intrinsecamente ligada à realidade das escolas e às políticas locais de inclusão, evitando ser um processo fragmentado ou distante do cotidiano.

A educação inclusiva, que busca acolher as diferenças e garantir o direito de todos à aprendizagem, encontra no AEE um instrumento essencial. Este serviço garante o acesso, a permanência e o desenvolvimento dos estudantes público-alvo da educação especial (deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação). Para Mantoan (2015), a inclusão vai além da mera presença física, exigindo transformações profundas nas concepções e práticas pedagógicas. Discutir a formação continuada no AEE é, assim, abordar um fator determinante para a qualidade da educação inclusiva.

No município de Campos dos Goytacazes (RJ), a rede municipal demonstra um avanço notável com 45 unidades escolares que possuem Salas de Recursos Multifuncionais, atendendo 1.510 estudantes e contando com 63 professores especializados. Embora esses números sejam positivos, eles reforçam a urgência de expandir e qualificar a formação desses docentes para que possam responder adequadamente às complexas exigências do ensino inclusivo. Esta pesquisa busca investigar como os professores do AEE de Campos dos Goytacazes têm percebido e vivenciado sua formação continuada, analisando suas expectativas, desafios e entendimentos. O estudo, de natureza qualitativa e fundamentação teórica, análise de documentos legais que regem a política de educação inclusiva no Brasil. Espera-se que os achados deste trabalho ofereçam subsídios teóricos e propostas práticas para o fortalecimento da formação profissional, aprimorando as políticas públicas municipais e ampliando as possibilidades de aprendizagem desses estudantes.

Fundamentação Teórica

O aprimoramento contínuo dos educadores que atuam no Atendimento Educacional Especializado configura-se como um desafio central para a efetivação da política de educação inclusiva. A prática do professor especializado não se desenvolve de forma isolada; ela exige uma rede de colaboração constante com o corpo docente da escola, a equipe de gestão e as famílias dos alunos. Neste panorama, a formação continuada não deve ser um evento pontual, mas sim um processo que fomente a interdisciplinaridade e o compartilhamento de experiências. Somente através de um diálogo permanente de saberes é possível gerar metodologias verdadeiramente capazes de promover a aprendizagem e a participação plena dos estudantes público-alvo da educação especial.

O conhecimento do professor é dinâmico, sendo constantemente edificado e reconstruído na vivência escolar, como aponta a literatura (Tardif, 2010). Assim, a formação dos profissionais do AEE é vital para que eles possam renovar seus conhecimentos, aprimorar competências e adaptar suas abordagens pedagógicas. O contexto educacional atual está em transformação, impondo novos desafios que vão desde a complexidade de lidar com a diversidade de deficiências e altas habilidades, até a necessidade de incorporar recursos tecnológicos.

Neste ponto, emerge a relevância das Tecnologias Assistivas (TA), que Zuliani e Berghauser (2017) definem como uma área de conhecimento de caráter interdisciplinar e um conjunto de recursos e serviços essenciais para garantir autonomia e acesso. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) (Brasil, 2015) formaliza a TA como "produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social" (Brasil, 2015). A TA abrange desde softwares de leitura de tela e sistemas de Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA), até auxílios de mobilidade e adaptações ergonômicas. Para que esses instrumentos sejam eficazes, a formação continuada precisa equipar o educador não apenas com o conhecimento teórico sobre TA, mas também com habilidades práticas para selecionar, adaptar e integrar esses recursos ao currículo e ao Plano de AEE de cada estudante. A ausência dessa capacitação compromete o potencial inovador da tecnologia e limita as oportunidades de desenvolvimento do aluno.

Assim, a TA não deve ser concebida meramente como um conjunto de ferramentas, mas como uma área de conhecimento de caráter interdisciplinar que produz elementos para o ingresso e facilitações para o aprendizado do aluno com deficiência no âmbito escolar (Zuliani; Berghauser, 2017). A Tecnologia Assistiva deve ser vista como uma ponte para a funcionalidade e não apenas como um aparato técnico. Seu uso é determinado pela necessidade específica do aluno e visa superar barreiras que impedem a plena participação no ambiente escolar e social. Em termos práticos, a TA potencializa a aprendizagem ao oferecer métodos alternativos de comunicação e interação. Por exemplo, um estudante com paralisia cerebral pode utilizar um *mouse trackball* ou um acionador de varredura para interagir com o computador, enquanto um aluno com baixa visão pode se beneficiar de *softwares* ampliadores de tela. É crucial que a integração da TA ocorra de forma estratégica, transcendendo a simples aquisição dos equipamentos. Ela exige uma avaliação criteriosa das habilidades e necessidades do estudante e a elaboração de um Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) que preveja o treinamento e o acompanhamento necessários. O professor do AEE torna-se um consultor tecnológico, responsável por mapear as soluções disponíveis, treinar o estudante para o uso efetivo do recurso e, fundamentalmente, articular seu uso com o conteúdo ensinado na sala de aula comum.

A LBI - Lei Brasileira nº 13.146/2015 de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015) assegura o direito à educação com a oferta de recursos de acessibilidade e de TA, consolidando seu papel de política pública. Contudo, a efetivação desse direito depende de um investimento contínuo na competência docente para a personalização. A formação continuada deve, portanto, explorar as diferentes categorias da TA – da baixa à alta tecnologia – capacitando o educador a criar e adaptar recursos pedagógicos acessíveis, transformando a sala de aula em um ambiente verdadeiramente receptivo às diversas formas de aprender e interagir. O desafio de consolidar uma escola acolhedora, que assegure o direito à aprendizagem de todos, é inseparável da qualidade do Atendimento Educacional Especializado. A inclusão é um processo de transformação profunda das práticas e concepções, que transcende a simples presença física do aluno (Mantoan, 2015). Em cenários como o município de Campos dos Goytacazes (RJ), onde a rede municipal já conta com 45 salas de recursos multifuncionais e atende 1.510 estudantes com o apoio de 63 professores especializados, a necessidade de aprimoramento se torna mais evidente.

Tais dados, embora demonstrem um avanço na estruturação da política inclusiva, sublinham a urgência em qualificar e expandir a formação docente, sobretudo no domínio das Tecnologias Assistivas. Essa qualificação é crucial para responder às demandas multifacetadas da educação inclusiva contemporânea.

Com o objetivo de contribuir para esta discussão, a pesquisa em curso se dedica a investigar como a formação continuada – incluindo aspectos relacionados ao uso de TA – é percebida e vivenciada pelos professores do AEE de Campos dos Goytacazes. Analisando as expectativas, os obstáculos enfrentados e a aplicação prática de tecnologias e metodologias, este estudo utiliza uma abordagem qualitativa, que envolve a coleta de dados por meio de questionários e a análise de normativas legais. Espera-se que os resultados das pesquisas ofereçam subsídios teóricos e propostas práticas para o fortalecimento da formação profissional, aprimorando as políticas públicas municipais e garantindo que o potencial das Tecnologias Assistivas seja plenamente explorado em benefício da autonomia e do aprendizado dos estudantes.

Desenvolvimento do Tema

A presente investigação concentra-se na análise e compreensão das políticas de inclusão educacional e das estratégias pedagógicas adotadas no Atendimento Educacional Especializado (AEE) na rede municipal de Campos dos Goytacazes. O foco principal reside em demonstrar que a qualificação dos professores especializados é um fator crítico para o avanço da inclusão. O objetivo é que o ensino especializado transcenda as meras exigências curriculares, consolidando-se como uma prática que gera aprendizagens profundas e significativas para todos os estudantes, independentemente de suas condições ou necessidades.

As principais contribuições deste trabalho se estruturam em torno de três eixos: a robustez da trajetória metodológica, o levantamento sobre os avanços e desafios na formação docente e a perspectiva interdisciplinar que fundamenta toda a análise.

O percurso metodológico iniciou-se com uma revisão bibliográfica detalhada. Essa etapa contemplou as teorias mais atuais e os principais documentos legais que regem a educação inclusiva no Brasil (Brasil, 2002; 2010; 2015). Este referencial teórico forneceu a base para contextualizar a realidade local de Campos dos Goytacazes, que tem se esforçado para consolidar o AEE, dispoindo atualmente de 45 escolas com Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs). A fase inicial buscou, assim, mapear o impacto das diretrizes nacionais e municipais no cotidiano escolar e, em especial, no desenvolvimento profissional dos educadores.

O uso de Tecnologias Assistivas é um ponto crucial da pesquisa, dada sua relevância para o acesso e a participação de estudantes com deficiências de natureza intelectual, visual, auditiva, motora ou múltipla. A vasta classificação da TA — que inclui auxílios para a vida diária, Comunicação Alternativa e Ampliada, recursos de informática, auxílios para cegos e baixa visão, e adaptações diversas (Zuliani; Berghauser, 2017) — exige do professor do AEE um conhecimento técnico e pedagógico aprofundado. A carência na formação em TA não se restringe apenas ao manuseio de softwares e hardwares; ela engloba a dificuldade em realizar a avaliação correta do estudante para prescrever o recurso mais adequado às suas necessidades funcionais. Um recurso só se torna assistivo se for personalizado. Isso exige que o professor do AEE desenvolva um olhar clínico e pedagógico para identificar as barreiras de comunicação, mobilidade ou manipulação de materiais e, a partir daí, construir ou adaptar soluções. A formação, nesse sentido, deve capacitar o professor para atuar como um verdadeiro agente de acessibilidade, capaz de criar, por exemplo, materiais em braille, sistemas de Comunicação Alternativa e Ampliada e adequações de mobiliário.

O principal propósito da disseminação das ferramentas de TA é “aperfeiçoar a funcionalidade de pessoas com deficiência” (Zuliani; Berghauser, 2017, p. 2), o que abrange a autonomia, a independência e a inclusão social. Ademais, a efetividade da TA é diretamente ligada à colaboração intersetorial. O professor, mesmo capacitado, precisa de suporte técnico para a manutenção dos equipamentos e de articulação com profissionais de saúde (terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas) que podem auxiliar na indicação do melhor recurso. Portanto, a formação continuada em TA deve integrar módulos que abordem a gestão de recursos e o trabalho em rede, assegurando que o equipamento não fique subutilizado ou inoperante na Sala de Recursos.

A pesquisa busca justamente mapear a complexa relação entre recurso, formação e prática no contexto de Campos dos Goytacazes. Ao identificar as áreas de maior fragilidade na capacitação do docente em relação à TA, o estudo visa fornecer dados que permitam à gestão municipal criar cursos, oficinas e grupos de estudo que se foquem não apenas no “como usar” o equipamento, mas principalmente no “por que” e no “para quem” utilizá-lo, fundamentando a prática na teoria do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA).

Além da dimensão tecnológica, a pesquisa direciona a atenção para a avaliação dos estudantes no AEE. Muitos processos avaliativos ainda se prendem a modelos tradicionais que não conseguem captar as potencialidades e especificidades das diversas deficiências, resultando em análises superficiais. A investigação propõe a adoção de práticas avaliativas flexíveis, dialógicas e centradas no desenvolvimento individual do aluno, visando maior precisão no acompanhamento pedagógico e a garantia de intervenções mais adequadas. O aprofundamento na temática da avaliação formativa no AEE é crucial, pois é ela que permite a realimentação do processo de ensino. Para ir além de um diagnóstico inicial estático, a formação docente deve enfatizar a elaboração de Planos de Atendimento Educacional Especializado (PAEEs) que sejam dinâmicos e baseados em instrumentos como o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI). Esses documentos, ao invés de serem meros registros burocráticos, devem funcionar como guias práticos, detalhando as habilidades a serem desenvolvidas, os recursos de TA e as metodologias de ensino, exigindo do professor uma visão sistêmica e preditiva das necessidades do estudante.

Outro aspecto vital é a articulação entre o AEE e o ensino regular. A consolidação da inclusão como prática efetiva depende da criação de espaços de diálogo, planejamento conjunto e colaboração entre o professor especializado e o professor da sala comum. A pesquisa enfatiza a importância desse planejamento coletivo para promover uma prática inclusiva mais consistente. É nesse espaço de co-docência que a formação continuada demonstra seu valor mais elevado, capacitando os professores do ensino comum a

adaptarem seus currículos e metodologias a partir das informações e recursos sugeridos pelo professor do AEE. Sem essa ponte pedagógica e essa corresponsabilidade, os avanços obtidos na Sala de Recursos Multifuncionais correm o risco de não se refletirem na sala de aula regular, fragilizando o processo de inclusão como um todo.

Por fim, o estudo entende que a sustentação de um AEE de alta qualidade exige uma rede de suporte ampliada, que vá além do professor e envolva a gestão escolar, equipes pedagógicas, famílias e profissionais de áreas correlatas (psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais). A perspectiva interdisciplinar é, portanto, indispensável para construir estratégias abrangentes, garantindo que o AEE cumpra sua missão de promover o desenvolvimento pleno, a participação social e a autonomia das crianças com necessidades educacionais especiais.

Considerações Finais

O principal obstáculo para a plena efetividade das políticas de inclusão reside na formação continuada dos professores. Apesar da expansão das Salas de Recursos Multifuncionais e do aumento no número de alunos atendidos, é necessário um suporte contínuo e sistemático aos profissionais. A capacitação docente deve ser percebida não apenas como um requisito de desenvolvimento individual, mas como um compromisso institucional com a equidade e a qualidade do ensino, fundamental para construir um ambiente acolhedor e verdadeiramente inclusivo.

Com base nas análises teóricas e nas evidências preliminares, a qualificação docente deve ser um processo dinâmico e contextualizado, que responda diretamente às necessidades reais dos educadores. É imperativo que a formação promova espaços de estudo colaborativo, reflexão sobre a prática e troca de experiências, alinhados às especificidades dos alunos.

A integração entre teoria e prática é crucial, especialmente no desenvolvimento de competências relacionadas ao uso de Tecnologias Assistivas (TA), à adaptação de materiais e ao planejamento colaborativo com os professores da sala comum. Como visto, a TA, ao ser integrada continuamente ao planejamento, não apenas facilita o aprendizado do estudante, mas atua como um recurso estruturante para a consolidação de uma escola verdadeiramente inclusiva (Zuliani; Berghauser, 2017). Desta forma, as Tecnologias Assistivas não se configuram como um acessório, mas um recurso pedagógico estratégico no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Portanto, o processo formativo deve ir além da atualização técnica, cultivando uma visão crítica e reflexiva que permita ao professor compreender profundamente a diversidade humana e aplicar estratégias que potencializem a autonomia do estudante por meio da tecnologia.

Embora o município demonstre avanço na estruturação física das SRMs e no aumento do atendimento, é urgente que a política de formação seja sistemática e permanente. Os programas de capacitação precisam estar intrinsecamente articulados com as demandas do cotidiano escolar, garantindo que o processo inclusivo não se limite a aspectos burocráticos. As ações de formação devem ultrapassar o mero treinamento, estimulando o desenvolvimento profissional e pessoal para que os docentes repensem suas práticas sob a ótica de uma pedagogia inclusiva e tecnológica. É indispensável que o poder público garanta a presença de uma equipe multiprofissional de apoio – como terapeutas ocupacionais, psicopedagogos, fonoaudiólogos e assistentes sociais. Essa entre as áreas de educação e saúde é vital para que o aluno público-alvo da educação especial inclusiva, abrangendo as múltiplas necessidades do aluno e potencializando o uso eficaz das Tecnologias Assistivas.

Desta forma, a formação continuada se estabelece como a principal alavanca para transformar a estrutura das SRMs em um espaço pedagógico de excelência. O sucesso de um sistema inclusivo não é medido apenas pelo número de matrículas, mas pela qualidade do aprendizado e pela participação social efetiva dos alunos. Isso exige um investimento em políticas de longo prazo que assegurem não apenas a manutenção e atualização dos recursos de TA. O sucesso da inclusão depende de um esforço global, pois “uma instituição inclusiva é o que todos esperam, não só no Brasil, mas em várias partes do mundo” (Zuliani; Berghauser, 2017, p. 5).

A plena efetivação do AEE também passa pela revisão dos modelos de avaliação utilizados. É fundamental que o município adote instrumentos avaliativos que sejam compatíveis com a proposta do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), focando não na limitação, mas nas potencialidades de cada estudante. Uma avaliação mais autêntica, processual e baseada no Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) permite ao professor do AEE e ao da sala comum um planejamento mais articulado e a garantia de que as intervenções de suporte, incluindo a TA, estejam, de fato, gerando progressos mensuráveis na autonomia e no desempenho escolar do aluno.

Finalmente, a pesquisa aponta para a necessidade de consolidar a cultura de corresponsabilidade em toda a rede. A inclusão é uma tarefa que transcende a atuação isolada do professor do AEE. O futuro da educação inclusiva depende da capacidade da rede em integrar gestores, professores, família e a comunidade em um pacto pela acessibilidade e pela equidade. O investimento em formação qualificada e em suporte multiprofissional não é um custo, mas a única via para que se cumpra integralmente os preceitos da Lei Brasileira de Inclusão, transformando a escola em um espaço onde o direito à aprendizagem plena seja uma realidade para todos.

A solidificação de uma educação inclusiva efetiva requer o compromisso contínuo e integrado de todas as instâncias gestoras e da comunidade escolar. O AEE deve ser compreendido como uma dimensão estratégica do projeto político-pedagógico da escola, e não como um serviço segregado. Os gestores devem promover políticas claras que engajem todos os profissionais em torno da causa inclusiva, enquanto a sociedade deve ser sensibilizada sobre a importância da inclusão como um valor social que contribui para uma sociedade mais justa. O fortalecimento da cultura inclusiva e o investimento na formação docente, especialmente em Tecnologias Assistivas, representam um investimento direto na garantia do direito à educação de qualidade para todos os estudantes.

Referências

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: MEC/SEESP, 2010. 72 p.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

ZULIANI, Maria Lúcia da Silva; BERGHAUSER, Neron Alípio Cortes. Tecnologias assistivas na educação inclusiva. **Revista Eletrônica Científica Inovação e Tecnologia**, v. 8, n. 16, 2017. E – 5188. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/recit>. Acesso em: 29 nov. 2025